



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

INDICAÇÃO Nº992/26 LF, DE 12 DE MAIO DE 2026

Autoria: Ver. Dr. Luiz Fernando Lêdo.
Ao Senhor
Filipe Vilarins
Presidente da Câmara Municipal de Formosa

Senhor Presidente, apresento nos termos regimentais, a presente Indicação, a ser encaminhada à Sra. Simone Dias Ribeiro de Melo, Prefeita Municipal, **juntamente com a Secretaria competente, que adote as medidas cabíveis, no sentido para a adoção de medidas em fortalecer mecanismos permanentes de participação da população no planejamento, execução e acompanhamento das políticas públicas e da governança municipal.**

Câmara Municipal de Formosa, 27 de abril de 2026.

┐

Vereador

JUSTIFICATIVA

A participação cidadã é um dos pilares da administração pública democrática, garantindo maior transparência, eficiência e legitimidade às ações governamentais. Quando a população é ouvida e integrada aos processos decisórios, as políticas públicas tornam-se mais assertivas e alinhadas às reais necessidades da comunidade.

Nesse sentido, é fundamental que o Município avance na institucionalização e ampliação de canais permanentes de diálogo com a sociedade, tais como:

1. Criação e fortalecimento de conselhos municipais ativos e deliberativos, com participação paritária entre poder público e sociedade civil;
2. Implantação de plataformas digitais de participação popular, permitindo consultas públicas, sugestões e acompanhamento de ações governamentais;
3. Realização periódica de audiências públicas descentralizadas, inclusive em bairros e comunidades rurais;



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

INDICAÇÃO Nº992/26 LF, DE 12 DE MAIO DE 2026

4. Implementação do Orçamento Participativo, garantindo à população voz direta na definição de prioridades de investimento;
5. Criação de ouvidorias mais acessíveis e resolutivas, com retorno efetivo às demandas apresentadas;
6. Incentivo à educação cidadã, promovendo a conscientização sobre o papel da população na gestão pública.

Tais medidas contribuem para uma gestão mais transparente, inclusiva e eficiente, além de fortalecer a confiança entre o poder público e a sociedade.